

**A ASCENSÃO DO NACIONALISMO AUTORITÁRIO: UMA ANÁLISE A
PARTIR DE KARL MARX E WENDY BROWN**

**THE RISE OF AUTHORITARIAN NACIONALISM: AN ANALYSIS FROM
KARL MARX AND WENDY BROWN**

Hian Sousa de Souza¹

Loiane Prado Verbicaro²

RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir o recrudescimento dos movimentos nacionalistas autoritários e de extrema direita em várias partes do mundo a partir de dois autores importantes no âmbito da filosofia política, que são Karl Marx e Wendy Brown. A partir das reflexões marxianas acerca da relação entre homem e Estado e do fetichismo da mercadoria, discutiremos como o nacionalismo pode ser entendido como uma forma de fetichismo, no qual a nação aparece como uma categoria que subordina os homens e os dirige a combater tudo aquilo que não é pertencente a um determinado território, com um potencial de ruir a comunidade nacional. No que se refere à Wendy Brown, centraremos nossa análise a partir do seu diagnóstico acerca do fenômeno do amuralhamento enquanto resultado do declínio da soberania política que sustenta os Estados e o imaginário nacional contra os supostos inimigos que possuem o potencial de dissolver a nação, a saber, os imigrantes.

Palavras-chave: Marx; Wendy Brown; Nacionalismo; Amuralhamento; Fetichismo.

¹ Graduando em Filosofia pela Universidade Federal do Pará. Bolsista de Iniciação Científica na área de Filosofia Política (PRODOUTOR RENOVACÃO-UFPA/2021-2022). Belém, Pará, Amazônia, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0319-5515>. E-mail: hiansousa732@gmail.com.

² Professora da Faculdade de Filosofia, do Programa de Pós-Graduação em Filosofia e do Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento da Amazônia da Universidade Federal do Pará. Doutora em Filosofia do Direito pela Universidade de Salamanca. Mestre em Direitos Fundamentais e Relações Sociais pela Universidade Federal do Pará. Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Pará. Graduada em Direito pela Universidade Federal do Pará. Graduada em Filosofia pela Universidade Federal do Pará. Realiza Estágio Pós-Doutoral no Departamento de Filosofia e Teoria do Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Belém, Pará, Amazônia, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3259-9906>. E-mail: loianeverbicaro@uol.com.br

ABSTRACT

The purpose of this article is to discuss the resurgence of authoritarian and extreme right nationalist movements in various parts of the world based on two important authors within the scope of political philosophy, who are Karl Marx and Wendy Brown. From the Marxian reflections about the relation between man and state and the fetishism of the commodity, we will discuss how nationalism can be perceived as a form of fetishism, in which the nation appears as a category that subordinates men and direct them to fight everything that does not belong to a certain territory and has the potential to collapse the national community. As for Wendy Brown, we will focus our analysis from her diagnosis on the phenomenon of walling as a result of the decline of political sovereignty that sustain the states and the national imagination against the supposed enemies that have the potential to dissolve the nation, namely, the immigrants

Keywords: Marx; Wendy Brown; Nacionalism; Walling; Fetishism.

Artigo recebido em: 15/04/2023

Artigo aprovado em: 12/06/2023

Artigo publicado em: 31/07/2023

1 INTRODUÇÃO

“Odeio o termo ‘povos indígenas’, odeio esse termo. Odeio. O ‘povo cigano’. Só tem um povo nesse país. Quem quer, quer. Não quer, sai de ré” (SIMON, 2020). A frase dita pelo ex-ministro da educação Abraham Weintraub durante a infame reunião ministerial em 2020 é indicativa da ascensão de um movimento perigoso que está fincando raízes não somente no Brasil, mas também em várias partes no mundo: o nacionalismo autoritário.

A eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos em 2016, cujo discurso foi marcado por fortes sentimentos de cariz conservador e anti-imigração, é reconhecido como o ponto-chave deste processo que possibilitou aos movimentos nacionalistas de extrema direita se organizarem e insuflarem uma parcela significativa das populações de vários países contra determinados grupos apontados como

responsáveis pela crise econômica e social e ainda pela assim chamada “desestabilização dos valores ocidentais”.

Todavia, tal onda reacionária que estamos acompanhando não pode ser encarada como um “raio em céu azul”, ou seja, que surgiu de forma repentina. As bases que possibilitaram o sucesso destes movimentos foram construídas antes de 2016. Os ataques do 11 de setembro, o surgimento de políticas cada vez mais rígidas contra os imigrantes, a hegemonia neoliberal, a integração cada vez maior dos países e mercados através da globalização, o desemprego em massa e a longa crise econômica podem ser elencadas como fatores que expliquem o surgimento deste período sombrio.

Estes fatores – que nada mais são que sintomas da crise estrutural do capital, no qual sua acumulação, baseada em um avanço destrutivo, está atingindo seus limites internos (MÉSZÁROS, 2011, p. 73) - inauguram um período de crise do Estado-nação e da própria identidade nacional. A forma como se dá esta crise e de que maneira influencia os novos movimentos nacionalistas será o objeto de estudo desse artigo. Para isso, nos deteremos principalmente em dois filósofos: Karl Marx e Wendy Brown

Na primeira parte, trataremos sobre como Marx aborda a relação entre Estado e sociedade e o fetichismo da mercadoria, e de que maneira tal análise pode clarificar a questão do nacionalismo. Na segunda parte, nos deteremos na abordagem de Wendy Brown acerca do fenômeno do amuralhamento e de que forma o fechamento das fronteiras é uma tentativa decadente de manter os resquícios teológicos da soberania política e o imaginário nacional.

2 NACIONALISMO ENQUANTO FETICHISMO EM MARX

As reflexões mais conhecidas de Marx acerca do nacionalismo estão presentes em um pequeno livro escrito em coautoria com seu amigo e colaborador intelectual e financeiro Friedrich Engels no ano de 1848, antes de estourarem as revoluções em

várias partes da Europa, que é o Manifesto Comunista, possuindo como intuito expor o programa da Liga dos Comunistas, uma organização operária existente na Inglaterra de então.

Um dos grandes méritos deste influente escrito está em sua análise dos processos que culminaram na ascensão do capitalismo enquanto novo modo de produção. O ressurgimento das cidades enquanto polo comercial e industrial, o desenvolvimento do próprio comércio - que ia desde o intercâmbio entre cidades até relações entre países -, a ascensão da manufatura e as Grandes Navegações são alguns dos motivos que levaram à derrocada do feudalismo e sua substituição por uma nova forma de organização social baseada na acumulação de capital (MARX; ENGELS, 2010, p. 41).

Ora, aqui podemos denotar que o capitalismo é o primeiro sistema social cujo raio de alcance possui dimensões mundiais. Contudo, é uma mundialização baseada na desigualdade. A produção generalizada de mercadorias pressupõe uma ampla e complexa divisão internacional do trabalho, no qual cada país cumpre uma determinada função, seja de elaborador de mercadorias mais complexas, seja de simples vendedor de matérias-primas.

Este tipo de mundialização exige que os Estados-nação abandonem o seu isolamento e se submetam cada vez mais à lógica interna deste sistema-mundo. Entretanto, se de um lado as possibilidades de sobreposição do Estado-nação à tendência cada vez mais integrativa do capitalismo são continuamente diminutas, do outro seu aparato burocrático, influenciada pelas condições alienantes do capitalismo, é cada vez mais dirigido para produzir formas ideológicas que obscurecem o âmago das relações sociais que caracterizam a atual sociabilidade. E a principal destas é o nacionalismo.

Ora, a ideia de nação já é em si mesma uma concepção burguesa, uma vez que foi uma das responsáveis pelo fim da fragmentação e disputa interna entre os senhores feudais que caracterizou o feudalismo, como atesta o excerto do Manifesto

A burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou as populações, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos. A consequência necessária dessas transformações foi a centralização política. Províncias independentes, ligadas apenas por débeis laços federativos, possuindo interesses, leis, governos e tarifas aduaneiras diferentes, foram reunidas em *uma só nação*, com *um só governo*, *uma só lei*, *um só interesse nacional de classe*, *uma só barreira alfandegária* (MARX; ENGELS, 2010, p. 44, grifos dos autores).

Com a leitura deste parágrafo, podemos denotar o que a nação é, em sua essência, e qual sua importância para o capitalismo: em sua imediaticidade, a nação é um todo homogêneo, sem nenhum tipo de conflito em seu interior, sem nenhuma divisão em classes, no qual os indivíduos nascidos em um determinado solo conviveriam harmonicamente.

Como a burguesia é uma classe na qual seus integrantes estão em constante disputa pela hegemonia dos mercados e das matérias-primas, e este conflito ganha cores mais acentuadas entre burgueses de outros países, estes sempre irão recorrer à imagem da nação como forma de apresentar o interesse da classe dominante como o interesse geral, e assim mobilizar a massa da população - compostas, em sua maioria, por trabalhadores – para lutar por este interesse. Basta, para confirmar a nossa tese, citar a Primeira Guerra Mundial, que foi o resultado de rixas entre movimentos nacionalistas exacerbados e conflitos imperialistas entre os países da Europa.

Portanto, por ser a nação uma concepção burguesa, os autores do Manifesto irão afirmar que, em realidade, os operários não possuem pátria e também farão uma advertência: a luta dos trabalhadores, apesar de, em seu plano imediato, ser uma luta nacional, não devem tomar para si a bandeira do nacionalismo burguês, e que a luta contra a classe dominante no capitalismo deve ser, ao mesmo tempo, a luta contra a nação em geral (MARX; ENGELS, 2010, p. 56).

Vê-se, a partir do que foi exposto até aqui, que o Manifesto contém elementos de suma importância para a análise do nacionalismo, que são a própria comprovação da historicidade da nação, sua essência burguesa e de que forma é manipulada pela

classe dominante para promover a divisão entre os proletários, afastando-os de seu principal objetivo, que é a luta pela sociedade comunista.

Estes elementos, por sua vez, também apontam para uma outra concepção de nacionalismo que, apesar de não ser formulado diretamente por Marx, em suas obras estão contidas as bases que permitem inferir tal concepção, que é a de nacionalismo enquanto forma de fetichismo. Esta definição não só complementa como também clarifica a potência que o nacionalismo ainda exerce em tempos de crise estrutural do capital e de globalização neoliberal. Para isso, nos ampararemos em outros dois escritos marxianos: Sobre a Questão Judaica e o primeiro capítulo de O Capital, dedicado à análise da mercadoria.

Sobre a Questão Judaica foi uma obra escrita por Marx em 1843, portanto cinco anos antes do aparecimento do Manifesto. A motivação principal desse escrito é a crítica ao jovem hegeliano Bruno Bauer no que se refere à aquisição de direitos políticos por parte dos judeus nos Estados da Europa, mais especificamente nos Estados situados na região do que posteriormente se tornaria a Alemanha. Esta crítica possui reflexões muito interessantes acerca da relação entre o homem e o Estado. Deste ponto em diante, nos ateremos à análise destas reflexões.

Este escrito começa com uma exposição que Marx faz do argumento de Bauer, no qual ironiza a pretensão dos judeus de se tornarem cidadãos dentro do âmbito do Estado cristão (como era o caso dos Estados alemães) sem antes abandonarem a sua religião. Desta forma, se os judeus querem conquistar os direitos políticos para alcançar, através da cidadania, a própria condição de humanidade, eles devem se unir aos cristãos para separarem a religião do Estado. Feita essa separação, a própria religião seria suprimida e os homens como um todo poderiam alcançar a emancipação humana através da emancipação política (MARX, 2010, pp. 33-35).

Em contrapartida, Marx afirma que a emancipação política não é capaz de suprimir a religião, mas antes a pressupõe. Para isso, ele cita como exemplo os Estados Unidos. Neste país, não existe uma religião oficial de Estado, mas é considerada “a

terra da religiosidade” (MARX, 2010, pp. 37-38). Vê-se aí o principal defeito do argumento de Bauer, ao tomar a religião como a principal causa da miséria enquanto pressuposto de sua crítica.

Ora, se a religião e o Estado não são esferas contraditórias, como quer acreditar Bauer, como explicar as mazelas que a sociedade sofre? Para Marx, o fio condutor que pode esclarecer tal estado de coisas é a relação entre o Estado e a materialidade social. Deve-se criticar o Estado não como se apresenta em uma forma religiosa qualquer, mas a partir de sua própria essência (MARX, 2010, pp. 38-39).

E a chave para a solução dessa questão está na propriedade privada. Durante o final do século XVIII e início do XIX, países como França e o já citado Estados Unidos aboliram a propriedade privada enquanto critério político, o que permitiu que uma grande massa pudesse participar das decisões e negócios do Estado. Em suma, elevaram-se à condição de cidadãos. Entretanto, “a anulação política da propriedade privada não só não leva à anulação da propriedade privada, mas até mesmo a pressupõe” (MARX, 2010, p. 39), quer dizer, a propriedade privada agora aparece enquanto assunto privado, no qual o Estado não apenas não se intromete, como deve ter o dever de salvaguardá-la.

Assim, inaugura-se uma contradição no interior da sociedade burguesa: politicamente, os homens são iguais, mas no âmbito da assim chamada sociedade civil, aparece uma estratificação em classes, no qual existe uma classe dominante detentora dos meios de produção, e uma classe que nada possui, a não ser a sua força de trabalho. Mas tal contradição não é um mal que pode ser remediado pelo Estado, mas antes faz parte da essência do próprio Estado enquanto esfera específica da sociedade burguesa, tal como Marx irá explicar

O Estado político pleno constitui, por sua essência, a vida do gênero humano em oposição à sua vida material. Todos os pressupostos dessa vida egoísta continuam subsistindo fora da esfera estatal na sociedade burguesa, só que como qualidades da sociedade burguesa. Onde o Estado político atingiu a sua

verdadeira forma definitiva, o homem leva uma vida dupla não só mentalmente, na consciência, mas também na realidade, na vida concreta; ele leva uma vida celestial e uma vida terrena, a vida na comunidade política, na qual ele se considera um ente comunitário, e a vida na sociedade burguesa, na qual ele atua como pessoa particular, encara as demais pessoas como meios, degrada a si próprio na condição de meio e se torna um brinquedo na mão de poderes estranhos a ele (MARX, 2010, p. 40).

Como demonstra o trecho, o fetichismo do Estado consiste justamente nisso: uma universalidade, uma comunidade no qual as pessoas são iguais, livres; porém uma universalidade abstrata, irreal, porquanto tal universalidade não contempla os homens reais, que estão no âmbito da sociedade burguesa, mas tão somente está restrito ao complexo estatal.

Essa universalidade abstrata, que consiste na existência de uma comunidade homogênea composta por indivíduos sem corpos e que domina os indivíduos reais, é o segredo não somente do fetichismo do Estado, mas também do nacionalismo autoritário. Resta-nos agora justificar as razões que sustentam a nossa hipótese.

Na França, os nacionalistas autoritários possuem Marine Le Pen como sua principal liderança. Em um discurso pronunciado durante a campanha presidencial de 2017, ela defendia a instituição de um imposto para contratação de trabalhadores estrangeiros, argumentando que a imigração em massa poderia resultar em constantes ataques terroristas. Outro fator a ser mencionado é que, a cada vez que a então candidata pronunciava as palavras “estrangeiro”, “imigrante” e “islamismo”, seus apoiadores gritavam: “Esta é nossa casa” (YARNÓZ, 2017).

Como se pode observar, os ataques aos imigrantes feitos pelos apoiadores de Marine Le Pen estão ancorados no ideal do que seria o povo francês. Para estes, o francês deve ser branco, cristão e inserido na cultura francesa. Qualquer um que não se encaixe neste perfil estabelecido não pode ser considerado francês e, portanto, deve ser excluído.

Aqui podemos perceber que há uma elevação de certas características particulares presentes em um determinado povo e elevadas a uma forma universal e homogênea, que define o que seria a essência daquele povo. Mas tal forma é despida de qualquer concretude, porque ignora as outras particularidades presentes naquele povo, no caso o povo francês. Ignora-se a existência de pessoas que compartilham da língua e da cultura de um determinado local, mas não possuem o tipo ideal de cor, credo e descendência.

Em resumo, a universalidade característica da nação enquanto tal é afirmada a partir da negação das particularidades existentes em um determinado território. É uma universalidade que não apenas admite a desigualdade, mas até mesmo a pressupõe. Como referido anteriormente, para o francês médio ligado aos movimentos nacionalistas, apenas aqueles que representam a essência daquilo que seria a verdadeira França (branco, cristão e inserido na cultura francesa) seriam considerados como autênticos franceses. Desta forma, o francês médio consideraria como igual somente aquele que seria um verdadeiro francês. Quanto aos que não possuíam a aura do ser francês seriam considerados inferiores, indignos de pisarem em tal terra.

Desta maneira, a nação, enquanto universalidade abstrata que admite a desigualdade em seu seio, necessariamente deve pressupor uma separação, uma divisão entre o Eu e o Outro. O Eu, no caso, seria o próprio indivíduo de uma determinada nação, enquanto o Outro seria o desconhecido e ao mesmo tempo a fonte da possível dissolução desta nação. O Eu, portanto, irá dedicar as suas forças a dissolver esse mal. Entretanto, isto deve ser mais bem compreendido a partir da análise marxiana do fetichismo da mercadoria.

O fetichismo da mercadoria é analisado por Marx no primeiro capítulo de sua obra magna, O Capital. Para entender como se caracteriza o fetichismo da mercadoria, é preciso compreender, ainda que em seus contornos mais gerais, o que seria a mercadoria.

A mercadoria é, segundo Marx, a forma mais elementar daquilo que constitui a riqueza material da sociedade capitalista (MARX, 2021, p. 115). Assim, a mercadoria constitui o ponto de partida da análise do modo de produção vigente. À primeira vista, a mercadoria é algo que possui como determinada função satisfazer uma necessidade humana. A isto, denominamos de valor de uso (MARX, 2021, p. 116).

Entretantes, nem tudo aquilo que possui um valor de uso é uma mercadoria. A mercadoria, para ser considerada enquanto tal, deve ter como finalidade a troca. É aqui que chegamos à definição de valor de troca, no qual, segundo as palavras de Marx, é uma “proporção pela qual os valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo” (MARX, idem).

Porém, a utilidade e a troca não são o bastante para definir o que é a mercadoria. Como sabemos, as mercadorias possuem formas e qualidades diferentes. Diante dessa situação, duas mercadorias não podem ser permutadas por causa de suas qualidades, visto que são diferentes. Então, deve haver um terceiro elemento que permita a troca. E este terceiro elemento seria o valor.

O valor seria aquilo que confere unidade às mercadorias e possibilitam que estas sejam trocadas umas pelas outras. E tal unidade não seria natural, mas social. No entanto, como é gerado o valor? Para Marx, o produtor de valor seria o trabalho. O trabalho é uma atividade finalística que se caracterizaria pela transformação de coisas naturais para determinadas necessidades humanas. Por isso, o trabalho seria a substância do valor, enquanto a sua grandeza seria o tempo de trabalho gasto para produzir a mercadoria (MARX, 2021, p. 118).

Ora, assim como a mercadoria, o trabalho também aparece sob formas qualitativamente diferentes (a isto Marx denomina de trabalho concreto). Para que tais trabalhos, através de suas mercadorias, possam se confrontar, urge reduzirmos a um fator comum entre ambos. E este fator está justamente no dispêndio de força física e mental para produzir a mercadoria. Este fator é denominado pelo autor de *O Capital* como trabalho abstrato (MARX, 2021, p. 123).

Como podemos denotar, a mercadoria é uma unidade de valor de uso e valor, e a partir desse duplo caráter, descobrimos também o duplo caráter do trabalho no capitalismo, que é ao mesmo tempo trabalho concreto e trabalho abstrato. Mas tanto o valor quanto o trabalho abstrato não podem ser descobertos senão depois de um longo processo de abstração. Ao indivíduo, a mercadoria aparece somente em sua forma de valor de uso. É nisto que consiste a sua “sutileza metafísica”.

A relação entre as pessoas no capitalismo se caracteriza não por um contato social direto, mas sim pela “forma de uma movimentação de coisas, sob cujo controle se encontram, em vez de controlá-lo”, resultando, por fim, no próprio ocultamento das relações sociais específicas do capitalismo (MARX, 2021, p. 148). Em resumo

O caráter místico da mercadoria resulta, portanto, do fato de as determinações *sociais* dos trabalhos *privados* dos produtores privados aparecerem como *determinidades naturais dos produtos do trabalho*, as *relações sociais de produção das pessoas* aparecerem como relações das coisas entre si e entre as pessoas. As relações dos trabalhadores privados para com o trabalho total social *objetivam-se* [*vergegenständlichen*] diante deles e, assim, existem para eles na *forma de objetos* [*Formen von Gegenständen*] (MARX, 2021, p. 151, grifos do autor).

Como foi apresentado, a dominação característica do capitalismo consiste na dominação das categorias específicas ao modo de produção (direito, Estado, mercadoria, valor, e assim por diante) sobre os homens, apesar de tais categorias serem criações suas. A nação, enquanto categoria burguesa, também se autonomizou de tal maneira que agora domina as relações sociais.

Como já dito anteriormente, a nação surge em meio às pretensões da burguesia em unificar os territórios fragmentados em vários feudos, que possuíam pesos e moedas diferentes. Um território unificado sob o comando do rei facilitaria assim o comércio empreendido por essa classe. Fica atestado o caráter histórico da nação, que só podia ser pensada no período de declínio do feudalismo e ascensão do capitalismo.

Entretanto, com a consolidação do capitalismo, a nação perde seu caráter histórico e passa a adquirir uma existência natural, resultado da própria coisificação que caracteriza a produção de mercadorias. O homem passa a encarar a nação não como uma criação sua, mas sim como algo dotado de autonomia.

Desta auréola de naturalidade que a nação passa a adquirir, surge uma relação mística entre o homem e o território no qual vive. Este território é visto como a extensão de seu corpo, de sua vida. A nação passa a ser a razão de existência do próprio homem. Portanto, não seria um absurdo que esta identificação chegasse a um ponto tal que este homem entregaria a sua vida para manter a existência desta nação.

Vê-se até que ponto a relação entre homem e nação ganha contornos cada vez mais místicos, relação essa que é a base do nacionalismo autoritário. E tal relação é cada vez mais afirmada – de forma paradoxal – a partir do momento em que o cidadão médio considera que o fluxo cada vez maior de imigrantes (principalmente aqueles vindos dos países periféricos) constitui uma ameaça à sua existência.

O Outro, que é a representação de tudo aquilo que é de fora, abstrato, artificial e indesejável, é eleito como o inimigo que ameaça a existência dessa nação, vista como natural, concreta. Ele tem o poder de dissolver a cultura, a religião, enfim tudo o que caracteriza a nação e que representa o motivo deste tal indivíduo continuar vivendo.

Isto seria o estopim para diversas lutas entre o homem da nação e o Outro, – que, apesar de tudo, o primeiro precisa do segundo para poder se afirmar - através de ataques às mesquitas, barragens de imigrantes, tentativa de proibição do véu, e assim por diante. Moishe Postone, historiador marxista canadense, ao abordar sobre o caráter do antissemitismo, também nos oferece a chave para compreender a razão de ser do nacionalismo autoritário

É não apenas o grau, mas também a qualidade do poder atribuído aos judeus que distingue o antissemitismo de outras formas de racismo. Provavelmente, todas as formas de racismo atribuem um poder potencial ao Outro. Este poder, contudo, é usualmente concreto, material ou sexual. É o potencial do

oprimido (enquanto reprimido), dos 'Untermenschen' ('sub-humanos'). O poder atribuído aos judeus é muito maior e é percebido como real [*actual*] ao invés de potencial. Para além do mais, é um tipo diferente de poder, um não necessariamente concreto. O que caracteriza o poder imputado aos judeus no antissemitismo moderno é o facto de ser misteriosamente intangível, abstracto e universal. [...] O 'Judaísmo Internacional' é [...] percebido como estando centrado nas 'selvas de asfalto' das megalópoles urbanas emergentes, por detrás da 'cultura moderna, vulgar e materialista'" e, em geral, de todas as forças que contribuem para o declínio dos grupos sociais, valores e instituições tradicionais. Os judeus representam uma força estrangeira [*foreign*], perigosa e destrutiva que mina a saúde social da nação (POSTONE, 2012, p. 17).

Como foi demonstrado, o nacionalismo autoritário sempre irá recorrer a teorias da conspiração, afirmando que forças de carácter maligno têm o objetivo de destruir tudo aquilo que representa aquele lugar. E em tempos nos quais as contradições do capital estão chegando a tal ponto que ameaça a existência da própria humanidade, o carácter de combate a tudo aquilo que é indesejável que caracteriza o nacionalismo ganha cores cada vez mais acentuadas, promovendo um estado de constante autofagia e de luta de todos contra todos (FELDMANN, 2020, p. 73-74).

Diante do que foi exposto, percebe-se, a partir da análise dos textos marxianos, como o capitalismo se caracteriza por uma dominação abstrata das estruturas e categorias sobre as relações sociais e de que maneira a nação, enquanto categoria burguesa, também não escapa desse destino. Assim, chegamos à conclusão de que, enquanto perdurar este sistema que não possui outro fim a não ser a autovalorização do valor, a miséria do nacionalismo autoritário será um problema que nos perseguirá continuamente.

3 AMURALHAMENTO, DECLÍNIO DA SOBERANIA POLÍTICA E NACIONALISMO AUTORITÁRIO EM WENDY BROWN

A obra da filósofa estadunidense Wendy Brown também possui um amplo material que nos permite reflexões férteis acerca da problemática do nacionalismo

autoritário e a sua relação com os movimentos que combatem a entrada dos imigrantes, principalmente aqueles provenientes do Sul global. E o ponto de partida para tal análise é a tendência cada vez maior dos Estados-nação da Europa, além dos Estados Unidos, de fecharem as suas fronteiras através de muros.

Esta tendência, reforçada com a eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos (vale lembrar que uma de suas promessas de campanha era construir um muro na fronteira com o México, com o custo da obra pago pelo próprio país vizinho), toma grandes proporções no momento em que a globalização atinge o seu auge, cuja promessa era que, através da integração dos mercados e capitais, poderia se conquistar uma integração pacífica entre os povos, o que acabou gerando um grande paradoxo (BROWN, 2015, p. 13).

Por outro lado, os muros, construídos sob motivos vários - impedir a livre circulação do crime organizado, do terrorismo, da imigração ilegal, e assim por diante -, são uma tentativa de demonstração de força dos Estados-nação enquanto forma de organização e proteção de um determinado território. No entanto, tal tentativa não passa de uma encenação teatral, no qual o poder exercido pelo Estado-nação há muito vem se desintegrando, sobrando deste apenas vestígios do que um dia já foi (BROWN, 2015, p. 16). A este poder, Wendy Brown denomina de soberania política.

Diante disso, urge passarmos para um outro momento no qual devemos investigar a origem e a constituição da soberania política, para depois voltarmos a analisar o momento de sua contínua decomposição. Segundo Wendy Brown, o ponto de partida para entendermos o modo como surgiu a soberania política e a sua essência estaria na divisão espacial.

Isto não seria uma novidade no âmbito da filosofia política. Autores como Locke já apontaram que o território é o fundamento da soberania política. Não obstante, isto ficou esquecido. Quem retoma esta descoberta, segundo a filósofa estadunidense, é Carl Schmitt. O resgate desta articulação entre espaço territorial e soberania política teria no conceito de *Nómos* seu eixo central

Nómos expresa la producción del orden (político) por medio del asentamiento espacial. La palabra Nómos deriva de némein, nos recuerda Schmitt, que significa tanto 'dividir' quanto 'pasturar'. De modo que nómos 'es la forma inmediata en la que se hace visible, en cuanto al espacio, la ordenación política y social de un pueblo'. [...] Schmitt insiste en que el 'derecho y la paz se basan originalmente en cercados en el sentido espacial' y que 'todo nómos es lo que es dentro de su valla'. Por ello, concluye, "puede considerarse [el] nómos como una muralla", porque 'también la muralla está basada en asentamientos sagrados'. Primero esta el recinto y luego la soberanía. O, dicho de otra manera, fue vallando el espacio como nació la soberanía (BROWN, 2015, p. 28, grifos da autora).

Vê-se, portanto, que a soberania política precisa de um substrato concreto para a sua fundação, que está justamente na divisão territorial. Um território no qual o indivíduo que está do lado de dentro da cerca possa afirmar tranquilamente: “isto é meu!”. De uma certa maneira, a soberania política está vinculada à ideia de propriedade privada.

Outrossim, a soberania política carrega em seu bojo dois sentidos distintos: o de “supremacia” e o de “autonomia”. A soberania enquanto “supremacia” seria o exercício da autoridade. Já a soberania enquanto “autonomia” seria o direito do Estado-nação de exercer livremente o poder no território sob sua jurisdição. Apesar destes dois sentidos serem diferentes, são complementares na medida em que a demonstração do Estado-nação exercer eficientemente a sua supremacia em um dado território sustenta o seu direito à autonomia perante as outras nações (BROWN, 2015, pp. 32-33).

Porém, o que caracterizaria melhor a razão de ser da soberania política é o seu caráter teológico. Neste ponto, a soberania política assume o papel que Deus representa na grande maioria dos casos relatados na Bíblia, que é a de ser pai e juiz. Em resumo, a relação entre Estado-nação e os indivíduos ganha contornos familiares, no qual o primeiro possui o papel de cuidar e, caso fosse necessário, punir o segundo. Esse tipo de relação acaba resultando numa naturalização do Estado-nação enquanto única forma de organização existente por parte do indivíduo. E dessa naturalização,

surge uma espécie de misticismo no qual o indivíduo não vê a nação apenas como um pai, mas também como o próprio Deus (BROWN, 2015, pp. 36-38).

Podemos denotar aqui que esta relação em que o Estado-nação, cuja pedra angular é a soberania política, assume para o indivíduo a forma de um Deus está permeada por uma forma de fetichismo. E o indivíduo está ligado de tal maneira ao território em que vive que a simples presença de um elemento estranho pode ameaçar essa ligação.

A queda do muro de Berlim e a dissolução da União Soviética permitiram que o capitalismo ampliasse sua esfera e se tornasse um sistema homogêneo. A vitória do capitalismo permitiu também que seus valores e ideologias fincassem raízes na grande maioria dos países, senão por todo o globo. E a ideologia que mais alastrou seus tentáculos foi o neoliberalismo.

O neoliberalismo começou a ser tendência dominante ainda no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, com a ascensão ao poder de Margaret Thatcher e Ronald Reagan na Inglaterra e nos Estados Unidos, respectivamente, e nos anos 1990, foi o estilo adotado por vários governos de diversas partes do mundo, em especial na América Latina. Uma das características em comum desses governos foi a política de privatizações de empresas que atuavam em setores estratégicos e o desmonte do Estado social, com a justificativa de salvar a economia. Porém, tais medidas não só não causaram o crescimento da economia, como também gerou um estado de insegurança social, através do aumento do desemprego e da queda dos indicadores sociais.

Entretanto, seria insuficiente tratar o neoliberalismo apenas enquanto estilo de governo. Segundo Wendy Brown, se quisermos entender o impacto que o neoliberalismo teve nas relações sociais, é preciso analisar o seu outro lado, qual seja, o de nova forma de racionalidade. Tratemos disso mais de perto. A grande razão do sucesso do neoliberalismo em impor uma nova racionalidade está na promoção de um discurso que converte toda pessoa em capital humano, quer dizer, seu núcleo está na conversão da pessoa como membro de uma empresa e também como um empresário

de si, com interesses mesquinhos e diferentes da sociedade como um todo (BROWN, 2018, p. 6).

Enquanto o neoliberalismo busca manifestamente emancipar os indivíduos das redes de regulamentação e intervenção estatais, ele envolve e vincula esses mesmos indivíduos em toda esfera e instituição neoliberalizada de que participam. Apontando a conduta empreendedora em todos os lugares, ele constrange o sujeito a vestir-se à moda do capital em todos os lugares. Ao mesmo tempo, o sujeito, tomado como capital humano por empresas e macroeconomias, acaba por ficar inteiramente preso às necessidades, trajetórias e contingências dessas entidades e ordens. Enquanto o ideal liberal clássico de autonomia e liberdade individual é explorado pelo processo neoliberal de delegação do poder decisório, operacionalidade e responsabilidade aos indivíduos, esse mesmo ideal é esvaziado à medida que a desregulamentação elimina os diversos bens públicos e benefícios de seguridade social, desata os poderes do capital corporativo e financeiro, e desmantela aquela clássica solidariedade, própria do século 20, entre trabalhadores, consumidores e eleitores. O efeito combinado é a geração de indivíduos extremamente isolados e desprotegidos, em risco permanente de desenraizamento e de privação dos meios vitais básicos, completamente vulneráveis às vicissitudes do capital (BROWN, 2018, pp. 7-8).

O neoliberalismo é a forma de racionalidade perfeita para a sociedade do capital cada vez mais em crise: ela atomiza cada vez mais as já atomizadas relações sociais entre os homens no capitalismo, ela aliena cada vez mais a já alienada sociabilidade fundada no valor. O neoliberalismo promete ao indivíduo a realização da liberdade através do empresariamento de si e da participação em uma determinada empresa, entretanto nada mais faz do que retirar seus direitos e inseri-lo em relações precarizadas de trabalho, pondo em risco sua saúde física e mental.

Ao mesmo tempo, o neoliberalismo, com o desmonte do Estado social, promove a desvinculação de partes da soberania política e a transfere ao capital. Com isso, o poder do capital suplanta o poder dos Estados, se tornando o fundamento das relações sociais globais e da integração entre os mercados. *“En cuanto capital, Dios no ha muerto, al contrario, ha dejado de ser antropomorfo – finalmente es Dios”* (BROWN, 2015, p. 40).

As consequências desta transferência, como visto, serão catastróficas. Além de promover o avanço desenfreado do capital, a decadência da soberania política faz com que o Estado-nação entre um período de crise cujo resultado só pode ser a sua dissolução.

A crise do Estado-nação coincide com o aumento no fluxo de imigrantes provenientes do Sul global, em que, diante da falta de perspectivas criada pelo desmonte causado pelas políticas neoliberais, estes vão até aos países da Europa/Estados Unidos como forma de encontrar uma vida melhor.

O cidadão médio europeu/estadunidense, atormentado com a queda dos indicadores sociais, acompanha o aumento no fluxo de imigrantes com muita preocupação. E, depois de algum tempo, ao invés de identificar a razão de seus males no *modus operandi* do capital, o cidadão médio enxerga nos imigrantes, nesse grande Outro, o principal problema. Incentivado pelo discurso da extrema direita, este indivíduo passa a pedir formas de contenção desse fluxo, e o amuralhamento é uma dessas opções.

Por ello, los nuevos muros no son simplemente ineficaces en resucitar la soberanía en declive del Estado nación, sino que contribuyen a la existencia de nuevas formas de xenofobia y mentalidad de campanario en una era posnacional. Promueven la producción de individuos protegidos contra el mundo, pero también, irónicamente, de individuos carentes de la capacidad soberana que las democracias – según se supone – han de proteger como lo más apreciable (BROWN, 2015, p. 25).

Em resumo, o muro surge como uma forma de contenção, de retenção do imaginário nacional, ou daquilo que restou, contra o Outro, que possui para o cidadão médio a forma e o poder de um monstro, capaz de destruir contra tudo aquilo que é mais sagrado, no caso, a nação. Podemos depreender que essa tentativa de contenção gera ao mesmo tempo um sentimento de insegurança, pois o Outro, na visão do supracitado cidadão, é uma ameaça constante, ele pode cometer crimes a qualquer momento. E desse estado de insegurança, o sentimento pode evoluir para a xenofobia tal como nós a conhecemos (BROWN, 2015, p. 72).

Observa-se que há um lado psicológico nesta questão, uma vez que a manutenção da identidade nacional seria, de certa forma, um desejo psíquico do indivíduo enquanto meio de preservar sua própria identidade, muito atrelada ao território em que vive, por mais que os muros falhem em deter os imigrantes, as mercadorias, e também atos terroristas (BROWN, 2015, pp. 65-66). Apesar do Outro aparecer para o indivíduo como uma ameaça, o segundo precisa do primeiro para, através da diferença, se afirmar enquanto representação da nação.

É imperioso nos determos um pouco mais nesse âmbito. Inspirada sobretudo nas contribuições da psicanálise de Freud, Wendy Brown argumenta que o fenômeno do amuralhamento está associado a uma defesa de uma representação obsessiva e fóbica construída pelo Eu, no caso, tudo aquilo que seria diferente e contraria o Eu – no caso, o Outro. E esta defesa é realizada a partir da repressão do material que lhe causa angústia e sofrimento (BROWN, 2015, p. 75-77).

*Los muros son una pantalla en la que puede proyectarse la figura antropomorfa del otro como causa de los infortunios nacionales, que abarcan desde la disolución de la identidad nacional en su aspecto étnico hasta el consumo de drogas, el crimen y la disminución de los salarios reales. La nación se siente atacada y necesita **bunkerizarse** contra la invasión de un 'Tercer Mundo'. En resumen, el intento de construir muros emerge – y es cómplice – de un discurso en el que la mano de obra extranjera, el muticulturalismo y el terrorismo se fusionan y pasan de consecuencia a causa de la laxitud de la contención de la nación y de las limitaciones cada vez mayores de la capacidad protectora del Estado (BROWN, 2015, p. 71).*

Ao lado do fenômeno do amuralhamento, acompanhamos um uso cada vez mais recorrente do uso da força por parte do Estado tendo por objetivo a diminuição do fluxo de entrada dos imigrantes. Basta observarmos os abusos cometidos na fronteira Estados Unidos-México nestes últimos anos. Ainda que seja paradoxal, o uso da força é também uma demonstração da decadência da soberania política, já que o Estado-nação utilizava de seu carisma para manter a coesão de seu território (BROWN, 2015, p. 72).

Ademais, os muros, apesar de no primeiro momento não ser a sua principal intenção, contribui para a precarização do trabalho. Quer dizer, os muros visam a ser uma encarnação jurídica que demarca a fronteira entre o legal e o ilegal. E estes muros foram levantados justamente para impedir a entrada de um perfil específico, que são aqueles provenientes do assim chamado “Terceiro Mundo”. Concluindo, estes imigrantes são impedidos de terem acesso à cidadania e, por conseguinte, o acesso aos direitos sociais. E o capital se aproveita de tal situação para empregar essa força de trabalho desprovida de qualquer proteção e explorá-la a seu bel-prazer (BROWN, 2015, p. 60-61).

O amuralhamento, de acordo com a filósofa, é também uma tentativa de resgatar a dimensão masculina da soberania política, que há muito vem se desintegrando. Essa dimensão masculina está ligada a um discurso no qual o Estado aparece como o provedor e o protetor de seus filhos, impedindo-os de sofrerem qualquer tipo de ameaça que coloquem sua integridade física em risco (BROWN, 2015, p. 54).

Além disso, a promoção de políticas voltadas ao fechamento das fronteiras está acompanhada pela construção de uma imagem na qual a nação é dotada de um caráter bondoso e puro, que fecha as fronteiras justamente para proteger sua economia e sua cultura contra os estrangeiros ávidos a realizarem a pilhagem de tudo o que é mais importante (BROWN, 2015, p. 74-75).

Por fim, a decadência da soberania política é gerada sobretudo pela decadência de seu caráter teológico. Lembremos que o Estado assume no plano humano a forma e o poder de um Deus, na medida em que assume as funções de prezar pelo ordenamento jurídico e pela manutenção dos corpos das pessoas. A partir da entrada em cena da globalização capitalista auxiliada pelo neoliberalismo, o Estado, apesar de continuar sendo um ator importante na reprodução do capital, perde cada vez mais o seu poderio através do seu contínuo desmonte, e com ele desvanece-se esse caráter teológico. E, na medida em que o Estado vai perdendo esse caráter teológico, esse

substrato é cada vez mais reafirmado, vide as declarações do então presidente dos Estados Unidos George W. Bush apelando à autoridade divina para justificar as intervenções militares no Oriente Médio (BROWN, 2015, p. 38).

Como ficou demonstrado, os muros são um dos sintomas de uma crise na qual as tendências nacionalistas autoritárias se apresentam de forma cada vez mais aberta, assumindo de forma curiosa a lógica neoliberal de uma crescente atomização da sociedade, onde cada um vê o seu próximo como um potencial inimigo, no caso os estrangeiros (e até mesmo aqueles que nasceram naquele território, mas que são cada vez mais invisibilizados). Feldmann argumenta no mesmo sentido

[...] Há aqui um aspecto novo e crucial na onda nacionalista contemporânea, que é o fato de que, na ausência de bases materiais concretas que unifiquem qualquer conjunto como no passado, a ideia de nação não possa mais ser mobilizada no sentido de uma contenção do atomismo e da dessocialização. Daí tem-se a situação bizarra, mas cada vez mais presente, da busca por uma certa identidade política deste conjunto nacional disforme não através da promessa de uma transformação profunda das instituições sociais e econômicas, mas por meio da promoção e da simbolização “patriótica da lógica autofágica de todos contra todos que já está em curso há tempos na sociedade (FELDMANN, 2020, p. 74).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo, procuramos demonstrar como opera a lógica do nacionalismo autoritário tendo como referencial teórico as obras de Marx e Wendy Brown. Podemos ver que os dois autores se aproximam ao atestarem um fenômeno comum da sociedade do capital, a saber: a existência de categorias que, apesar de criadas pelos homens, voltam-se contra eles e o dominam. E entre estas categorias está a nação.

A nação é uma categoria em si burguesa, surgida no momento de conflitos e tensões sociais que marcaram a transição do feudalismo para o capitalismo. Entrementes, a partir de um determinado momento, a nação ganha contornos místicos

e, aos olhos do cidadão médio, passa a possuir uma existência autônoma, independente da vida dos homens e eterna.

Como resultado, surge o nacionalismo enquanto ideologia que obscurece a existência de classes sociais. É a ideologia da burguesia apresentada como defesa dos interesses da nação enquanto um corpo unitário. Desde seu surgimento, o nacionalismo, principalmente em suas facetas mais autoritárias, sempre pressupôs o Outro como o inimigo que deve ser esmagado; porém, com a crise estrutural do capital atingindo sua fase mais aguda, o nacionalismo assume a sua face mais perversa, que é a de desintegração da sociedade através da luta contra o diferente.

Diante disso, o nacionalismo autoritário, além de não oferecer uma perspectiva de futuro, contribui para a manutenção das relações sociais fundadas na autovalorização do valor. Se quisermos construir um futuro no qual a realização do humano seja possível, urge combatermos os movimentos nacionalistas autoritários. Encerremos as nossas reflexões com as palavras de Walter Benjamin

O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes tradicionais, como seu instrumento. É preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dele. Pois o Messias não vem apenas como salvador; ele vem também como vencedor do Anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer (BENJAMIN, 1987, pp. 224-225).

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BROWN, Wendy. **Cidadania sacrificial: neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade**. Trad. Juliane Bianchi Leão. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2018.

BROWN, Wendy. **Estados amurallados, soberanía en declive**. Trad. Antoni Martínez-Riu. Barcelona: Herder Editorial, 2015.

FELDMANN, Daniel Augusto. O “salto mortal” da mercadoria, a contradição em processo do capital e os sentidos do novo nacionalismo autoritário no século XXI. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Niterói, n. 56, p. 48-82, maio/ago. 2020.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. Trad. Álvaro Pina e Ivana Jinkings. 1. ed. revista. São Paulo: Boitempo: 2010.

MARX, Karl. **A forma mercadoria**: escritos sobre a teoria do valor. Trad. Gabriel Landi Fazzio e Carolina Klingenberg. São Paulo: Lavrapalavra, 2021.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. 2. ed. rev e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011.

POSTONE, Moishe. Antissemitismo e nacional-socialismo. Trad. Nuno Miguel Cardoso Machado. **Sinal de Menos**, n. 8, p. 14-28, 2012.

SIMON, Allan. Weintraub: Odeio o termo “povos indígenas”; quer, quer. Não quer, sai de ré. **UOL**, São Paulo, 22 maio 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/22/weintraub-odeio-o-termo-povos-indigenas-quer-quer-nao-quer-sai-de-re.htm>. Acesso em: 24 jun. 2022.

YÁRNOZ, Carlos. Le Pen inicia campanha na França com discurso xenófobo e protecionista. **El País**, Madrid, 06 de fev. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/05/internacional/1486311781_647565.html. Acesso em: 24 jun. 2022.